

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

Parte 1

DA EXECUÇÃO – INTRODUÇÃO À TEORIA DA EFETIVAÇÃO.....	21
1. Compreensão preliminar da execução no processo civil.....	21
2. Compreensões doutrinárias acerca da execução	27
2.1 Execução caracterizada pela expropriação	27
2.1.1 A perspectiva de Salvatore Satta	28
2.1.2 A execução como expropriação e o enfoque na prestação pretendida	30
2.1.3 A execução como atividade tendencialmente desfavorável ao devedor e como atividade que tutela o direito fundamental ao crédito pelo credor	32
2.1.4 A execução como expropriação: conclusões parciais	35
2.2 Execução como sanção (resposta ao inadimplemento).....	35
2.2.1 Perspectivas doutrinárias da execução como atividade sancionatória estatal	35
2.2.2 Da sanção no contexto da execução.....	39
2.2.3 A execução como sanção: a certeza da resposta estatal.....	42
2.2.3.1 O paradoxo da execução eficiente.....	46
2.2.4 A execução como sanção: a imparcialidade no contexto da execução.....	49
2.2.4.1 Da imparcialidade no contexto da execução civil	49
2.2.4.2 Breves considerações sobre o <i>favor debitoris</i>	57
2.2.5 Da proporcionalidade no contexto da execução civil.....	59
2.2.5.1 Da máxima da adequação no contexto da execução	62
2.2.5.2 Da máxima da necessidade no contexto da execução	67
2.2.5.3 Da proporcionalidade em sentido estrito no contexto da execução	69

2.2.6	Do controle da sanção estatal.....	71
2.2.7	A execução como sanção: conclusões parciais.....	76
2.3	Das várias compreensões da <i>ação</i> , do direito de <i>ação</i> como um complexo de situações jurídicas e a repercussão disso para o processo executivo.....	79
2.4	Execução como a realização da prestação devida.....	81
2.4.1	Perspectivas doutrinárias da execução como realização de uma prestação	81
2.4.2	A execução como realização de uma prestação: a amplitude dos procedimentos executivos.....	83
2.4.3	Da preferência da tutela requerida em detrimento ao meio executivo	86
2.4.4	A execução na perspectiva do jurisdicionado e conclusões parciais	91
2.5	Execução como continuação da <i>ação</i> de conhecimento.....	93
2.5.1	Perspectivas doutrinárias e conclusões parciais	93
2.6	Execução a partir do título executivo.....	95
2.6.1	O título executivo como o fundamento da execução.....	95
2.6.2	Da cognição no procedimento executivo	96
2.6.3	Da força executiva do título.....	102
2.6.3.1	Da força executiva do título executivo extrajudicial.....	106
2.6.3.2	Da força executiva dos títulos executivos judiciais	109
2.6.4	Da causa de pedir na execução e conclusões parciais.....	110
3.	Novas perspectivas para a compreensão da execução no processo brasileiro	111
3.1	Negócios jurídicos processuais e atividade executiva	112
3.2	Processos estruturais e execução.....	116
3.2.1	Breves considerações sobre os processos estruturais.....	116
3.2.2	Processos estruturais, soluções interdisciplinares e educação jurídica	122
4.	Conceito de execução adotado.....	124
4.1	Do procedimento executivo como uma resposta certa, imparcial e proporcional	125
4.2	Da execução como a entrega de uma prestação	127
4.3	Do respeito à prestação certificada em título executivo.....	128
4.4	Da resposta executiva negociada	129
5.	Da vedação ao <i>non factibile</i> : uma justificativa para os meios executivos atípicos	129
5.1	Apresentação	129
5.2	Sobre o <i>non liquet</i>	129

5.3	Da vedação ao <i>non factibile</i> , uma consequência lógica da vedação ao <i>non liquet</i>	131
5.4	Algumas possíveis causas do <i>non factibile</i>	134
5.5	Soluções para o <i>non factibile</i> e algumas de suas consequências.....	139
5.6	O que a vedação ao <i>non factibile</i> não significa	143

Parte 2

	DA ATIPICIDADE DOS MEIOS EXECUTIVOS	147
6.	Premissas conceituais	147
6.1	Dos meios executivos.....	147
6.2	Execução direta e execução indireta	149
6.3	Meios sub-rogatórios e coercitivos	153
6.4	Dos atos atentatórios à dignidade da Justiça.....	159
6.5	Tipicidade e atipicidade dos meios executivos	164
6.5.1	Do tipo e do conceito	165
6.5.2	Do tratamento da tipicidade ou atipicidade executiva pela doutrina brasileira	169
6.5.3	Os mitos da atipicidade.....	171
7.	Da generalização da atipicidade dos meios executivos no Brasil.....	175
7.1	Breve panorama do tratamento das medidas executivas típicas e atípicas no Brasil antes do atual Código de Processo Civil	175
7.2	Prenúncios doutrinários da necessidade de uma generalização da atipicidade.....	180
7.3	Da generalização da atipicidade no atual Código de Processo Civil.....	192
7.3.1	Do inciso IV do artigo 139 do Código de Processo Civil.....	195
7.3.1.1	Breves apontamentos sobre a proposta da Câmara ao art. 139, IV	195
7.3.1.2	Do inciso IV do artigo 139 do Código de Processo Civil/2015	196
8.	Análise das manifestações doutrinárias sobre a atipicidade dos meios executivos no atual Código de Processo Civil.....	200
8.1	Apresentação	200
8.2	O enunciado 12 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis.....	205
8.3	Da decisão paradigmática em São Paulo	209
8.4	Manifestações doutrinárias sobre a atipicidade dos meios executivos no atual Código de Processo Civil	212
8.4.1	Apresentação	212
8.4.2	Aplicação subsidiária ou direta das medidas atípicas.....	215
8.4.2.1	Da aplicação subsidiária	215

8.4.2.2	Da aplicação direta da atipicidade.....	217
8.4.3	Fundamentação e contraditório nas medidas de efetivação atípicas.....	223
8.4.4	Princípio da proporcionalidade e medidas de efetivação....	230
8.4.5	Conteúdo das medidas executivas atípicas.....	234
8.4.5.1	Critérios mínimos para aplicação de medidas coercitivas e a possibilidade de cumprimento da ordem pelo destinatário.....	234
8.4.5.2	Medidas atípicas de conteúdo patrimonial.....	237
8.4.5.2.1	Da multa como meio coercitivo na execução pecuniária.....	240
8.4.5.3	Medidas atípicas de conteúdo pessoal.....	242
8.4.6	Possibilidade de medidas atípicas nas execuções fundadas em título executivo extrajudicial.....	251
8.4.7	Atipicidade a partir de meios já previstos em lei.....	254
8.4.8	Medidas atípicas e fazenda pública.....	258
8.4.9	Critérios de Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno e Rafael Alexandria de Oliveira.....	262
8.4.10	Considerações parciais.....	269
9.	Principais critérios para a aplicação da atipicidade executiva.....	270
9.1	Execução como resposta ao inadimplemento ou ao pedido para evitar ocorrência ou repetição de ilícitos, bem como para removê- los.....	271
9.1.1	Execução como resposta certa.....	271
9.1.2	Execução como resposta imparcial.....	272
9.1.3	Execução como resposta regida pela proporcionalidade....	272
9.1.3.1	Máxima da adequação.....	272
9.1.3.2	Máxima da necessidade.....	273
9.1.3.3	Máxima da proporcionalidade em sentido estrito...	273
9.1.4	Do controle da resposta executiva.....	274
9.2	Execução como realização de uma prestação.....	274
9.3	Execução como realização de uma prestação certificada em Título Executivo.....	274
9.4	Resposta executiva negociada.....	274
9.5	Demais diretrizes para a atipicidade das medidas de efetivação.....	275
10.	Uma análise das decisões dos tribunais brasileiros acerca da atipicidade executiva à luz do CPC/2015.....	275
10.1	Manifestações sobre o tema pelos tribunais estaduais nos primeiros anos de vigência do CPC/2015.....	275
10.1.1	Da limitação do valor da multa.....	276
10.1.2	Da necessidade de uma fundamentação adequada.....	277

10.1.3	Da importância da análise do caso concreto	277
10.1.4	Pela necessidade de pesquisas acerca da efetividade das medidas concedidas e o que acontece quando elas não são concedidas	278
10.2	Análise sobre medidas executivas atípicas no Superior Tribunal de Justiça	280
10.2.1	Exemplos de medidas atípicas analisadas pelo STJ	281
10.2.2	Parâmetros para a aplicação dos meios atípicos a partir de julgados do STJ.....	286
10.3	Breves considerações sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.941	288
10.3.1	Breves considerações sobre a manifestação da ABDPro na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.941/DF	289
11.	Da possibilidade de medidas executivas atípicas em execuções nos Juizados Especiais	300
11.1	Procedimento executivo da Lei 9.099/95 e medidas executivas atípicas	304
	CONCLUSÕES	307
	REFERÊNCIAS	313